

Prospecto de Distribuição Pública das Quotas da Primeira Emissão do

ECO ENERGY ELETRISA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRA-ESTRUTURA

CNPJ/MF nº 11.472.912/0001-82

Distribuição pública de até 55.000.000 (cinquenta e cinco milhões) de quotas, todas nominativas e escriturais, com preço inicial de emissão de R\$ 1,00 (um real) por quota da primeira emissão do **ECO ENERGY ELETRISA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRA-ESTRUTURA** ("Primeira Emissão" e "Fundo", respectivamente), totalizando:

R\$ 55.000.000,00

(cinquenta e cinco milhões de reais)

CÓDIGO ISIN: [●]

O Fundo, um condomínio fechado regido pelo seu Regulamento (conforme abaixo definido) e pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 391, datada de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM nº 391/03"), pela Instrução da CVM nº 460, datada de 10 de outubro de 2007 ("Instrução CVM nº 460/07") e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, tem por objetivo investir em sociedades por ações constituídas e existentes de acordo com a lei brasileira, de capital fechado, que desenvolvam, no território nacional, Novos Projetos de Infra-Estrutura, conforme abaixo definidos, no setor de energia, e que sigam as práticas de governança corporativa mencionadas nas Definições abaixo ("Companhias Alvo"). Os investimentos do Fundo nas Companhias Alvo serão realizados por meio da aquisição de ações e/ou bônus de subscrição de emissão das Companhias Alvo ou, conforme o caso, outros títulos e valores mobiliários admitidos como tais pela Lei 6.385/76, que sejam conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Alvo, na forma da Instrução CVM nº 391, e cuja aquisição esteja em concordância com os objetivos do Fundo, nos termos do Regulamento ("Valores Mobiliários").

As Quotas da Primeira Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro ("Oferta"), a ser conduzida pela **BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de fundos de investimento, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61 ("Administrador"), que irá coordenar a distribuição das Quotas da Primeira Emissão. Não há registro da Oferta em qualquer jurisdição além da brasileira e/ou perante qualquer entidade reguladora que não a CVM. As Quotas serão negociadas em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado.

A Primeira Emissão é composta por até 55.000.000 (cinquenta e cinco milhões) de Quotas, com preço inicial unitário de emissão de R\$ 1,00 (um real), totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a até R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais).

O Fundo foi constituído e a Primeira Emissão foi aprovada, por ato do Administrador, em [●], sendo que o regulamento em vigor do Fundo foi aprovado pelo Administrador, em [●] e registrado no [●] Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade [●], Estado do [●], em [●], sob o nº [●] ("Regulamento"). **A distribuição pública das quotas de emissão do Fundo foi registrada na CVM sob o nº [●], nos termos da Instrução CVM nº 391/03, da Instrução CVM nº 460/07, e da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM nº 400/03").**

Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" deste Prospecto. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo ("Carteira"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Qualquer rentabilidade obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. **O Fundo não conta com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.**

As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto ("Prospecto") quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito, conforme descrito na Seção [●] deste Prospecto, nas páginas [●].

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio da assinatura de Termo de Adesão ao Regulamento ("Termo de Adesão"), que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos, exclusivamente para fins de proteção patrimonial), da taxa de administração devida ao Administrador e dos demais Encargos do Fundo, conforme abaixo definidos, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, consequentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

O Fundo poderá operar no mercado de derivativos exclusivamente para fins de proteção patrimonial. Tais estratégias envolvendo derivativos, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais aos quotistas do Fundo.

"A autorização para funcionamento do Fundo e/ou o registro da presente distribuição das Quotas não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo, bem como sobre as Quotas as serem distribuídas."

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidos junto ao Administrador e à CVM.

Administrador e Distribuidor



Gestor



Custodiante



Auditores



BDO Auditores Independentes

Consultor Jurídico

FELSBERG & ASSOCIADOS

FELSBERG, PEDRETTI, MANNRICH E AIDAR
ADVOGADOS E CONSULTORES LEGAIS

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES	4
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	12
2.1. Características da Oferta	18
2.2. Negociação das Quotas	25
2.3. Custos de Distribuição Pública das Quotas	26
2.4. Outras Informações	27
2.5 Histórico do Gestor	28
2.6. Histórico do Administrador	29
3. FATORES DE RISCO	33
3.1. Risco Operacional das Companhias Alvo	35
3.2. Risco Legal	35
3.3. Risco de Concentração	35
3.4. Risco de Liquidez	35
3.5. Risco de Mercado	35
3.6. Risco de Crédito	36
3.7. Restrições ao Resgate e Amortização de Quotas e Liquidez Reduzida	36
3.8. Propriedade das Quotas versus a Propriedade dos Valores Mobiliários	36
3.9. Não Realização de Investimento pelo Fundo	36
3.10. Inexistência de Garantia de Rentabilidade	36
3.11. Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos	37
4. ECO ENERGY ELETRISA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRA-ESTRUTURA	39
4.1. Forma, Base Legal e Prazo de Duração	41
4.2. Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento	41
4.3. Administração e Gestão do Fundo	42
4.4. Prestadores de Serviço do Fundo	46
4.5. Objetivo do Fundo	47
4.6. Investimentos do Fundo e Composição e Diversificação da Carteira	47
4.7. Distribuição de Resultados e Amortizações	48
4.8. Período de Investimento e Desinvestimento do Fundo	49
4.9. Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas	49
4.10. Demonstrações Contábeis e Informações sobre o Fundo	53
4.11. Avaliação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo	54
4.12. Liquidação do Fundo	55
4.13. Operações sujeitas à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas	57
4.14. Remuneração do Administrador e Gestor e Encargos do Fundo	58
4.15. Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo	59
4.16. Solução de Conflitos	62

4.17. Atendimento aos Quotistas	63
5. ANEXOS	65
ANEXO I – Instrumento de Constituição e Regulamento do Fundo.....	66
ANEXO II – Declaração do Administrador.....	67

1. DEFINIÇÕES

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta.
Assembleia Geral de Quotistas	Órgão deliberativo máximo do Fundo, tem por função deliberar e solucionar questões relativas ao Fundo de acordo com o disposto no Regulamento e na regulamentação aplicável expedida pela CVM.
Ativos Financeiros	Títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil, ações, títulos ou valores mobiliários de renda fixa emitidos por instituições financeiras; e quotas de fundos de investimento referenciado DI e/ou renda fixa que invistam exclusivamente em ativos financeiros mencionados acima.
Auditor Independente	Na data deste Prospecto, BDO Auditores Independentes.
Boletim de Subscrição	Boletim de subscrição individual das Quotas da Primeira Emissão.
Carteira	A carteira de investimento do Fundo, que será composta por Valores Mobiliários, os Ativos Financeiros e moeda corrente nacional.
CETIP	CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Companhia(s) Alvo	Sociedade por ações, de capital fechado, que desenvolva Novos Projetos de Infra-Estrutura no território nacional, no setor de energia, e que siga as seguintes práticas de governança corporativa: I – proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação; II – estabelecimento de um mandato unificado de 1 (um) ano para todo o Conselho de Administração; III – disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou

valores mobiliários de emissão da companhia; IV – concessão da faculdade do emprego da arbitragem como mecanismo de resolução dos conflitos societários; V – auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM; e VI – no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o Fundo, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa.

Compromisso de Investimento

Instrumento Particular de Compromisso de Integralização, por meio do qual os Quotistas se obrigarão a integralizar o valor das Quotas do Fundo que vierem a subscrever.

Conta do Fundo

É a conta-corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo junto ao Custodiante, para movimentação e transferência dos valores recebidos pelo Fundo.

Custodiante

Na data deste Prospecto, o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Vila Yara, s/nº, CEP 06.029-900.

CVM

Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão

Data final para a subscrição integral das Quotas representativas do Patrimônio Mínimo Inicial, que ocorrerá no 180º dia contado do Anúncio de Início da Oferta.

Dia Útil

Qualquer dia útil na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

Encargos do Fundo

São os encargos descritos na Seção 4.14.1 deste Prospecto e no Artigo 13. do Regulamento.

Fundo

Eco Energy Eletrisa Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura.

Gestor

Eco Energy Asset Management Ltda. S.S., com sede na Alameda Rio Branco, nº 238, Edifício Bauhaus, 7º andar, sala 76, Centro, Blumenau, Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 09.472.167/0001-20, devidamente autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do

	Ato Declaratório nº 10.011, publicado no Diário Oficial do dia 29/08/2008, página 76, Seção 1, expedido pela CVM em 28 de Agosto de 2008.
IGP-M	Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M), calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.
Instrução CVM n.º 391/03	Instrução CVM n.º 391, datada de 16 de julho de 2003.
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução CVM n.º 400, datada de 29 de dezembro de 2003.
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução CVM n.º 409, datada de 18 de agosto de 2004.
Instrução CVM n.º 460/07	Instrução CVM n.º 460, datada de 10 de outubro de 2007.
Instrução CVM n.º 476/09	Instrução CVM n.º 476, datada de 16 de janeiro de 2009.
Investimento Remanescente	É o valor da integralização devido pelo Quotista inadimplente.
Lei 6.385/76	É a Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
Notificação de Integralização	É a notificação a ser enviada pelo Administrador a cada um dos Quotistas, solicitando que realizem a integralização de suas Quotas, nos termos do Compromisso de Investimento.
Novos Projetos de Infra-Estrutura	São os projetos implementados após 22 de janeiro de 2007 e as expansões de projetos já existentes naquela data, desde que, neste último caso, os investimentos e os resultados das expansões sejam segregados mediante a constituição de sociedades de propósito específico, conforme disposto no Artigo 4º, § 1º da Instrução CVM n.º 460.
Novas Quotas	Quotas emitidas pelo Fundo após a Primeira Emissão.
Oferta	Distribuição Pública das Quotas da Primeira

	Emissão do Fundo.
Paraíso Fiscal	País ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade/localidade.
Patrimônio Mínimo Inicial	É o patrimônio mínimo de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), necessário para o início das atividades do Fundo.
Patrimônio Previsto	É o patrimônio previsto para o Fundo, de até R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais).
Período de Desinvestimento	Período de 07 (sete) anos, após o fim do Período de Investimento.
Período de Investimento	Período de 03 (três) anos, contado do início do Prazo de Duração, após o qual o Fundo entrará em Período de Desinvestimento.
Prazo de Duração	Período de 10 (dez) anos, contado da data de integralização de Quotas que somem uma valor equivalente ao Patrimônio Mínimo Inicial.
Preço de Emissão	O preço inicial unitário da Quota no âmbito da Primeira Emissão, equivalente a R\$ 1,00 (um real).
Preço de Integralização	O Preço de Integralização da Quota e o Preço de Integralização da Nova Quota quando referidos em conjunto no Regulamento.
Preço de Integralização das Quotas	O preço de integralização de cada Quota da Primeira Emissão, calculada de acordo com o disposto no Regulamento.
Primeira Emissão	A primeira emissão de Quotas do Fundo, equivalente a até 55.000.000 (cinquenta e cinco milhões) de Quotas.
Prospecto	Significa este Prospecto de Distribuição Pública das Quotas da Primeira Emissão do Fundo.
Quota em Circulação	Quota emitida pelo Fundo e subscrita por um Quotista, com exceção das Quotas que tiverem sido canceladas ou resgatadas pelo Administrador em conformidade com os termos e condições previstos no Regulamento e neste Prospecto.
Quotas	São as Quotas de emissão do Fundo.

Quotistas	São os titulares das Quotas.
Quotista Inadimplente	É o Quotista que deixa de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos ao Fundo na forma estabelecida no Compromisso de Investimento.
Regulamento	O regulamento do Fundo, conforme alterado, revisado e complementado de tempos em tempos.
Regulamento da Câmara	Conjunto de regras que regem a atuação da Câmara.
Resolução n.º 2.689/00	Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689, datada de 26 de janeiro de 2000.
Taxa de Administração	Remuneração a que fará jus pela execução de seus serviços o Administrador do Fundo, conforme previsto no Regulamento e neste Prospecto.
Taxa de Gestão	Remuneração a que fará jus pela execução de seus serviços o Gestor do Fundo, conforme previsto no Regulamento e neste Prospecto.
Taxa de Performance	Remuneração a que fará jus o Gestor do Fundo em razão da rentabilidade adicional da Carteira, conforme previsto no Regulamento e neste Prospecto.
Taxa DI	Taxa DI-CETIP Over (Extra-Grupo), calculada e divulgada pela Cetip, apurada com base nas operações de emissão de depósitos interfinanceiros pré-fixados, pactuadas por um dia útil e registradas e liquidadas pelo sistema CETIP, conforme determinação do Banco Central do Brasil.
Termo de Adesão	É o documento assinado pelos Quotistas a fim de formalizarem a sua adesão aos termos do Regulamento.
Valor do Patrimônio Líquido	O valor do patrimônio líquido do Fundo que será equivalente à diferença entre o valor total dos Valores Mobiliários, dos Outros Ativos e da moeda corrente nacional do Fundo apurado de acordo com o disposto no Regulamento e o valor total das exigibilidades não levadas em consideração na apuração do valor de referidos Valores Mobiliários e Outros Ativos.

Valores Mobiliários

Ações e bônus de subscrição emitidos pelas Companhias Alvo e, conforme o caso, outros títulos e valores mobiliários admitidos como tais pela Lei 6.385/76, que sejam conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia Alvo, na forma da Instrução CVM n.º 391, e cuja aquisição esteja em concordância com os objetivos do Fundo, nos termos do Regulamento.

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como no Regulamento.

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

SUMÁRIO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Emissor	Eco Energy Eletrisa Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura
Administrador	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Distribuidor	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Montante Total da Oferta	Até R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais)
Patrimônio Mínimo Inicial	R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)
Quantidade de Quotas Ofertadas	Até 55.000.000 (cinquenta e cinco milhões) de Quotas
Valor de Emissão das Quotas	R\$ 1,00 (um real)
Investimento Mínimo	R\$ 100.000,00 (cem mil reais)
Subscrição e Integralização das Quotas	<p>Ao subscrever Quotas do Fundo, cada investidor celebrará com o Fundo um Compromisso de Investimento e um Boletim de Subscrição, dos quais deverá constar a quantidade de Quotas subscritas por cada investidor, o valor total que o Quotista se obriga a integralizar no decorrer da vigência do Fundo, bem como a modalidade pela qual tal integralização dar-se-á (pagamento em dinheiro e/ou subscrição/integralização de Valores Mobiliários da Companhia Alvo), tudo de acordo com as chamadas de capital realizadas pelo Administrador, conforme determinação do Gestor, na forma do Regulamento, do Compromisso de Investimento e eventual(is) acordo(s) de acionistas celebrado(s) entre o Fundo e acionista(s) da Companhia Alvo, sob as penas previstas no Regulamento, no Compromisso de Investimento e na legislação aplicável.</p> <p>Os valores objeto dos respectivos Compromissos de Investimento deverão ser aportados ao Fundo pelos Quotistas na medida em que tais valores sejam necessários para (i) a realização de investimentos pelo Fundo, na forma disciplinada no Regulamento, ou (ii) o pagamento dos Encargos do Fundo.</p> <p>O Administrador deverá requerer aos Quotistas que realizem a integralização das Quotas dentro de 10 (dez) Dias Úteis, contados do</p>

	<p>envio de Notificação de Integralização, conforme instruído pelo Gestor ou em razão da necessidade de pagamento da Taxa de Administração ou dos demais Encargos do Fundo, em todos os casos, observadas as disposições do Regulamento e do Compromisso de Investimento.</p> <p>A partir da assinatura do Compromisso de Investimento, o Quotista será obrigado a cumprir as condições previstas no Regulamento, no próprio Compromisso de Investimento e na regulamentação aplicável.</p>
Amortização das Quotas	<p>Na liquidação, total ou parcial, de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo integrante da Carteira do Fundo, o produto oriundo de tal alienação será distribuído aos Quotistas na proporção de suas respectivas participações no Fundo, a título de amortizações de Quotas, em até 10 (dez) dias, contados da data do efetivo ingresso dos recursos na Conta do Fundo, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembléia Geral de Quotistas.</p> <p>As quantias atribuídas ao Fundo exclusivamente a título de dividendos, declarados em favor das ações de sua propriedade e que venham a ser distribuídos a qualquer tempo pela Companhia Alvo, serão distribuídas aos Quotistas, em, no máximo, 10 (dez) Dias Úteis após o seu recebimento pelo Fundo. Os demais direitos e rendimentos oriundos dos ativos serão incorporados ao Fundo.</p> <p>Qualquer amortização (i) abrangerá todas as Quotas do Fundo, (ii) será feita na mesma data a todos os Quotistas mediante rateio das quantias, sempre em dinheiro, a serem distribuídas aos Quotistas existentes e (iii) serão pagas aos Quotistas em até 10 (dez) dias, contados da data do efetivo ingresso dos recursos na Conta do Fundo.</p>
Negociação	<p>As Quotas terão registro para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), e para negociação no mercado secundário que se dará somente no Módulo de Fundos ("SF"), ambos operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de Quotas somente seja feita por investidores qualificados.</p>

Público Alvo	<p>As Quotas serão colocadas exclusivamente junto a investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.</p> <p>O Fundo deverá ter, no mínimo, 10 (dez) Quotistas, sendo que cada Quotista não poderá ser titular de mais de 20% (vinte por cento) das Quotas emitidas pelo Fundo ou auferir rendimento superior a 20% (vinte por cento) do rendimento do Fundo.</p>
Inadequação do Investimento	A OFERTA NÃO É DESTINADA A INVESTIDORES QUE VISEM APLICAR NO CURTO PRAZO E/OU QUE NECESSITAM DE LIQUIDEZ EM SEUS TÍTULOS.
Tributação aplicável aos Quotistas Residentes no Brasil	<p>Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).</p> <p>A Lei 11.478/07 estabeleceu que os rendimentos distribuídos por Fundos de Investimento em Participações em Infra Estrutura para pessoas físicas a título de amortização ou resgate estará isento de imposto de renda, desde que tenham transcorridos 5 (cinco) anos da aquisição das quotas pelo referido investidor pessoa física.</p>
Informações Adicionais	Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e/ou a Oferta poderão ser obtidas junto ao Administrador ou a CVM.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

2.1. Características da Oferta

2.1.1. A Oferta

As Quotas da Primeira Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro. Não haverá registro da Oferta em qualquer jurisdição além da brasileira e/ou perante qualquer entidade reguladora que não a CVM. As Quotas terão registro para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), e para negociação no mercado secundário que se dará somente no Módulo de Fundos ("SF"), ambos operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP").

A Oferta será conduzida pelo próprio Administrador que irá coordenar a distribuição das Quotas da Primeira Emissão, sob o regime de melhores esforços de colocação, em condições que assegurem tratamento equitativo aos destinatários e aceitantes da Oferta.

O Administrador não terá qualquer responsabilidade e/ou obrigação perante o Fundo de adquirir quaisquer Quotas que não sejam adquiridas no âmbito da oferta, limitando a sua responsabilidade a emendar seus melhores esforços para a colocação da totalidade das Quotas.

2.1.2. Público Alvo da Oferta

As Quotas serão colocadas exclusivamente junto a investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

O Fundo deverá ter, no mínimo, 10 (dez) Quotistas, sendo que cada Quotista não poderá ser titular de mais de 20% (vinte por cento) das Quotas emitidas pelo Fundo ou auferir rendimento superior a 20% (vinte por cento) do rendimento do Fundo.

O Fundo respeitará os limites e as restrições estabelecidos nas Resoluções nº 3.792/09 e 3.790/09 do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), no âmbito do Fundo, que dispõem, respectivamente, (i) sobre as diretrizes dos recursos garantidores dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar e (ii) sobre os regimes próprios de previdência social de Estados e Municípios.

Cabe aos próprios investidores regulados pelas Resoluções nº 3.792/09 e 3.790/09 do CMN, no âmbito de suas respectivas entidades, a integral responsabilidade por garantir que as aplicações que realizarem no Fundo estejam enquadradas e de acordo com suas políticas de investimentos e com a legislação vigente.

Os investidores previdenciários, tais como institutos municipais e estaduais de previdência social, e entidades de previdência complementar, que investirem no Fundo, deverão declarar expressamente, mediante a assinatura do relevante Termo de Adesão, que o investimento de seus recursos no Fundo estará de acordo com as regras e os limites estabelecidos nas Resoluções nº 3.792/09 e 3.790/09 do CMN, ou estabelecidas em qualquer outra resolução do CMN existente ou futura, que venha a ser editada pelo CMN. Será de integral responsabilidade dos investidores previdenciários e entidades de previdência complementar mencionados neste parágrafo garantir que seus investimentos no Fundo estarão enquadrados nas regras e limites estabelecidos nas Resoluções nº 3.792/09 e 3.790/09 do CMN.

2.1.3. Registro da Oferta das Quotas

A distribuição pública das Quotas foi registrada na CVM sob n.º [●], em [●], nos termos da Instrução CVM n.º 391/03, da Instrução CVM n.º 460/07 e da Instrução CVM n.º 400/03.

2.1.4. Quantidade de Quotas da Primeira Emissão

A Primeira Emissão é composta por até 55.000.000 (cinquenta e cinco milhões) de Quotas.

2.1.5. Preço de Emissão, Valor Total da Oferta e Patrimônio Mínimo Inicial

O Preço de Emissão inicial unitário por Quota no âmbito da Primeira Emissão foi fixado em R\$ 1,00 (um real) por Quota, totalizando a Primeira Emissão o montante de até R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais). Para o funcionamento e início das atividades do Fundo, deverão ser subscritas e integralizadas, no âmbito da Primeira Emissão, no mínimo, 5.000.000 (cinco milhões) de Quotas, equivalentes ao Patrimônio Mínimo Inicial de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

2.1.6. Prazo de Colocação, Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas

No ato de subscrição das Quotas objeto da Oferta, cada subscritor (i) celebrará com o Fundo um Compromisso de Investimento e um Boletim de Subscrição, dos quais deverá constar a quantidade de Quotas subscritas pelo investidor, o valor total que o Quotista se obriga a integralizar no decorrer da vigência do Fundo, bem como a modalidade pela qual tal integralização dar-se-á (pagamento em dinheiro e/ou subscrição/integralização de Valores Mobiliários das Companhias Alvo), tudo de acordo com as chamadas de capital a serem realizadas pelo Administrador, conforme determinação do Gestor, na forma do Regulamento, do Compromisso de Investimento e eventual(is) acordo(s) de acionistas celebrado(s) entre o Fundo e o(s) acionista(s) da Companhia Alvo, sob as penas previstas no Regulamento, no Compromisso de Investimento e na legislação aplicável.

Qualquer Quotista do Fundo deverá, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03, subscrever Quotas com um valor total equivalente a, no mínimo, R\$100.000,00 (cem mil reais).

As Quotas representativas do Patrimônio Mínimo Inicial deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do Anúncio de Início, prorrogável por igual período. Na data em que as Quotas integralizadas atingirem conjuntamente o Patrimônio Mínimo

Inicial, o Administrador notificará os Quotistas sobre o início do Período de Investimento. A integralização de Quotas que atinja, conjuntamente, o Patrimônio Mínimo Inicial constitui o termo inicial do Prazo de Duração do Fundo.

Quando da efetiva integralização das Quotas, os Quotistas receberão comprovante de pagamento referente à respectiva integralização, que deverá demonstrar a modalidade pela qual tal integralização foi realizada, de acordo com o disposto no Regulamento do Fundo.

As Quotas que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.

Os valores objeto dos respectivos Compromissos de Investimento deverão ser aportados ao Fundo pelos Quotistas na medida em que tais valores sejam necessários para (i) a realização de investimentos pelo Fundo, na forma disciplinada no Regulamento, ou (ii) o pagamento dos Encargos do Fundo.

O Administrador deverá requerer aos Quotistas que realizem a integralização das Quotas dentro de 10 (dez) Dias Úteis, contados do envio de notificação pelo Administrador ("Notificação de Integralização"), conforme instruído pelo Gestor, ou em razão da necessidade de pagamento da Taxa de Administração, Taxa de Gestão, Taxa de Performance ou dos Encargos do Fundo, em todos os casos, observadas as disposições do Regulamento e do Compromisso de Investimento. A Notificação de Integralização será realizada por meio de carta ou correio eletrônico enviado pelo Administrador ao Quotista, no qual constará o montante a ser integralizado por cada um dos Quotistas, a data em que o aporte deve ser recebido e as instruções para transferência dos aportes requeridos para o Fundo.

A partir da assinatura do Compromisso de Investimento, o Quotista será obrigado a cumprir as condições previstas no Regulamento, no próprio Compromisso de Investimento e na regulamentação aplicável.

O Quotista que não realizar o pagamento nas condições previstas no Regulamento e nos respectivos Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito atualizado pela variação do IGP-M, verificada desde a data estabelecida para realização da integralização das Quotas até a data da sua efetiva integralização, e de uma multa equivalente à Taxa DI acrescida de 5% (cinco por cento) por ano sobre o débito corrigido. Essas penalidades não serão impostas ao Quotista que deixar de integralizar suas Quotas exclusivamente por força de limitações ou vedações impostas pela legislação ou regulamentação que lhe sejam aplicáveis.

Caso o Quotista Inadimplente deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos ao Fundo, estabelecida no respectivo Compromisso de Investimento, o Administrador enviará uma notificação para os outros Quotistas, oferecendo-lhes a oportunidade de realizarem um investimento adicional no Fundo igual ao valor da integralização devido pelo Quotista Inadimplente, na proporção da participação de cada Quotista ("Investimento Remanescente").

A integralização do Investimento Remanescente pelos outros Quotistas será limitada ao valor que seja proporcional à sua participação no Fundo.

Caso os Quotistas não realizem a integralização total do Investimento Remanescente em até 10 (dez) Dias Úteis contados do envio da notificação pelo Administrador, as amortizações a que fizer jus o Quotista Inadimplente serão utilizadas para a compensação dos débitos existentes com o Fundo, até o limite de seus débitos.

O Administrador notificará o Quotista Inadimplente informando-o a respeito da suspensão de seus direitos de Quotista, os quais perdurarão suspensos até que o Quotista Inadimplente cumpra sua obrigação de integralizar as Quotas por ele subscritas ou que o Fundo tenha utilizado recursos de amortizações para compensar os débitos existentes.

Caso o procedimento relativo ao Investimento Remanescente previsto acima tenha sido realizado sem que a totalidade das Quotas não integralizadas pelo Quotista Inadimplente tenha sido integralizada por este ou pelos demais Quotistas. O Administrador, mediante recomendação do Gestor, deverá promover contra o Quotista Inadimplente a cobrança extrajudicial das importâncias devidas ou adotar procedimentos judiciais com tal finalidade, constituindo o Compromisso de Investimento e o requerimento tratando da integralização títulos executivos extrajudiciais, nos termos do Código de Processo Civil.

A integralização das Quotas do Fundo deverá ser realizada por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED), de conta do Quotista para depósito e crédito na Conta do Fundo, ou mediante cessão e/ou alienação de bens ou direitos contra a Companhia Alvo, desde que o valor menor esteja respaldado em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e aprovado em seguida pelo administrador.

As importâncias recebidas na integralização das Quotas do Fundo serão depositadas na Conta do Fundo, devendo ser aplicados conforme estabelecido no Regulamento e no Artigo 9º da Instrução CVM n.º 391/03.

2.1.7. Cronograma de Etapas da Oferta

Início da Oferta	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início na data da publicação do respectivo Anúncio de Início.
Prazo de colocação	As Quotas representativas do Patrimônio Mínimo Inicial deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados do Anúncio de Início, prorrogável por igual período.
Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas da Primeira Emissão poderão manifestar sua intenção junto ao Administrador, a qualquer momento a partir do primeiro Dia Útil do prazo de colocação até 2 (dois) Dias Úteis anteriores à data de publicação do Anúncio de Encerramento, por meio da assinatura dos respectivos Termo de Adesão, Compromisso de

Investimento e Boletim de Subscrição.

**Distribuição
junto
público**

ao

As Quotas serão destinadas e colocadas exclusivamente junto a investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

O Fundo respeitará os limites e as restrições estabelecidos nas Resoluções nº 3.792/09 e 3.790/09 do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), no âmbito do Fundo, que dispõem, respectivamente, (i) sobre as diretrizes dos recursos garantidores dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar e (ii) sobre os regimes próprios de previdência social de Estados e Municípios.

Cabe aos próprios investidores regulados pelas Resoluções nº 3.792/09 e 3.790/09 do CMN, no âmbito de suas respectivas entidades, a integral responsabilidade por garantir que as aplicações que realizarem no Fundo estejam enquadradas e de acordo com suas políticas de investimentos e com a legislação vigente.

Os investidores previdenciários, tais como institutos municipais e estaduais de previdência social, e entidades de previdência complementar, que investirem no Fundo, deverão declarar expressamente, mediante a assinatura do relevante Termo de Adesão, que o investimento de seus recursos no Fundo estará de acordo com as regras e os limites estabelecidos nas Resoluções nº 3.792/09 e 3.790/09 do CMN, ou estabelecidas em qualquer outra resolução do CMN existente ou futura, que venha a ser editada pelo CMN. Será de integral responsabilidade dos investidores previdenciários e entidades de previdência complementar mencionados neste parágrafo garantir que seus investimentos no Fundo estarão enquadrados nas regras e limites estabelecidos nas Resoluções nº 3.792/09 e 3.790/09 do CMN.

**Subscrição e
integralização
de Quotas**

No ato de subscrição das Quotas objeto da Oferta, cada subscritor (i) celebrará com o Fundo um Compromisso de Investimento e um Boletim de Subscrição, dos quais deverá constar a quantidade de Quotas subscritas pelo investidor, o valor total que o Quotista se obriga a integralizar no decorrer da vigência do Fundo, bem como a modalidade pela qual tal integralização dar-se-á (pagamento em dinheiro e/ou subscrição/integralização de Valores Mobiliários da Companhia Alvo), tudo de acordo com as chamadas de capital a serem realizadas pelo Administrador, conforme determinação do Gestor, na forma do Regulamento, do Compromisso de Investimento e eventual(is) acordo(s) de acionistas celebrado(s) entre o Fundo e o(s) acionista(s) da Companhia Alvo, sob as penas previstas no Regulamento, no Compromisso de Investimento e na legislação aplicável.

Qualquer Quotista do Fundo deverá, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 subscrever Quotas com um valor total equivalente a, no mínimo, R\$100.000,00 (cem mil reais).

As Quotas representativas do Patrimônio Mínimo Inicial deverão ser subscritas

dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do Anúncio de Início, prorrogável por igual período. Na data em que as Quotas integralizadas atingirem conjuntamente o Patrimônio Mínimo Inicial, o Administrador notificará os Quotistas sobre o início do Período de Investimento. A integralização de Quotas que atinja, conjuntamente, o Patrimônio Mínimo Inicial constitui o termo inicial do Prazo de Duração do Fundo.

Quando da efetiva integralização das Quotas, os Quotistas receberão comprovante de pagamento referente à respectiva integralização, que deverá demonstrar a modalidade pela qual tal integralização foi realizada, de acordo com o disposto no Regulamento do Fundo.

As Quotas que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.

Os valores objeto dos respectivos Compromissos de Investimento deverão ser aportados ao Fundo pelos Quotistas na medida em que tais valores sejam necessários para (i) a realização de investimentos pelo Fundo, na forma disciplinada no Regulamento, ou (ii) o pagamento dos Encargos do Fundo.

O Administrador deverá requerer aos Quotistas que realizem a integralização das Quotas dentro de 10 (dez) Dias Úteis, contados do envio da Notificação de Integralização, conforme instruído pelo Gestor, ou em razão da necessidade de pagamento da Taxa de Administração ou dos demais Encargos do Fundo, em todos os casos, observadas as disposições do Regulamento e do Compromisso de Investimento. A Notificação de Integralização será realizada por meio de carta ou correio eletrônico enviado pelo Administrador ao Quotista, no qual constará o montante a ser integralizado por cada um dos Quotistas, a data em que o aporte deve ser recebido e as instruções para transferência dos aportes requeridos para o Fundo.

A integralização das Quotas do Fundo deverá ser realizada por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED), de conta do Quotista para depósito e crédito na Conta do Fundo, ou mediante cessão e/ou alienação de bens ou direitos contra a Companhia Alvo, conforme o disposto no Regulamento do Fundo.

As importâncias recebidas na integralização das Quotas do Fundo serão depositadas na Conta do Fundo, devendo ser aplicados conforme estabelecido no Regulamento e no Artigo 9º da Instrução CVM n.º 391/03.

Suspensão ou Cancelamento da Oferta

O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, em publicação do jornal [●], edição [●], notícia sobre eventual suspensão ou cancelamento da Oferta, facultando aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de suspensão da Oferta, a possibilidade de revogar sua aceitação até o 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.

Modificação ou Revogação da Oferta

O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, em publicação no jornal [●], edição [●], notícia sobre eventual modificação ou revogação da Oferta. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Administrador, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias, observado que, na hipótese de modificação da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação mencionada acima, o interesse em manter a declaração de aceitação da Oferta, presumida a manutenção no caso de silêncio.

Divulgação do resultado da Oferta

O resultado da Oferta será divulgado ao seu término, que deverá ocorrer na data em que a totalidade das Quotas da Primeira Emissão tiver sido subscrita ou na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, o que ocorrer primeiro, por meio da publicação de Anúncio de Encerramento no jornal [●], edição [●], utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo.

2.1.8. Valor Mínimo de Investimento

O investimento inicial mínimo no Fundo a ser realizado por cada um dos Quotistas corresponderá a uma subscrição de Quotas equivalente a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

2.1.9. Inadequação da Oferta

A Oferta não é destinada a investidores que necessitam de ampla liquidez em seus títulos e que não estejam dispostos a correr os riscos relativos ao investimento em Quotas de FIP, conforme discriminados na seção Fatores de Risco deste Prospecto e do Regulamento.

2.2. Negociação das Quotas

As Quotas terão registro para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), e para negociação no mercado secundário que se dará somente no Módulo de Fundos ("SF"), ambos operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de Quotas somente seja feita por investidores qualificados.

2.3. Custos de Distribuição Pública das Quotas

Além dos custos relativos ao pagamento (i) da taxa de fiscalização referente ao registro da Oferta perante a CVM, (ii) da taxa de registro da deliberação do Administrador sobre a constituição do Fundo e do Regulamento do Fundo no cartório de Registro de Títulos e Documentos, (iii) da comissão de distribuição, (iv) dos honorários dos consultores legais e (v) das publicações relativas à Oferta, (vi) das despesas de análise e estruturação, o Administrador não incorreu em outros custos relacionados à distribuição pública das Quotas.

A tabela abaixo indica os custos relacionados à estruturação do Fundo e ao registro da Oferta:

<i>Custo da Distribuição</i>	<i>Montante (R\$)</i>	<i>% em relação ao valor total da Oferta*</i>
<i>Taxa de Registro de Oferta Pública</i>	<i>82.870,00</i>	<i>0,151%</i>
<i>Despesas de Registro em Cartório de Títulos e Documentos</i>	<i>2.000,00</i>	<i>0,004%</i>
<i>Comissão de Distribuição</i>	<i>não há</i>	<i>não há</i>
<i>Consultores Legais</i>	<i>45.000,00</i>	<i>0,082%</i>
<i>Publicações</i>	<i>15.000,00</i>	<i>0,027%</i>
<i>Despesas de Análise e Estruturação</i>	<i>15.000,00</i>	<i>0,027%</i>
<i>Total</i>	<i>159.870,00</i>	<i>0,291%</i>

Custo Unitário de Distribuição

<i>Preço por Quota (R\$)*</i>	<i>Custo por Quota (R\$)</i>
<i>1,00</i>	<i>0,003</i>

** com base no Preço de Emissão na data de emissão*

<i>Montante Total da Oferta (R\$)</i>	<i>Custo Máximo da Distribuição (R\$)</i>
<i>55.000.000,00</i>	<i>159.870,00</i>

Os custos relativos à contratação dos Auditores Independentes e do Custodiante somente serão incorridos a partir do início das atividades do Fundo, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a distribuição pública das Quotas.

2.4. Outras Informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta, do Fundo, do Regulamento e deste Prospecto, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM e/ou à sede do Administrador, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada uma dessas instituições na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo.

Administrador:

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Wilson, 231, 11º, 13º e 17º (parte), andares, Centro, Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3219-2998 Fax (21) 3974-4501

SAC: sac@bnymellon.com.br ou (21) 3219-2600, 0800 725 3219

Ouvidoria: ouvidoria@bnymellon.com.br ou 0800 7253219

Website: www.bnymellon.com.br/sf

Gestor

Eco Energy Asset Management Ltda. S.S.,

Alameda Rio Branco, nº 238, Edifício Bauhaus, 7º andar, sala 76

Centro, Cidade de Blumenau, SC

At.: Rafael Costa da Silva

Tel. E Fax: (47) 3035-4338

Correio Eletrônico: atendimento@ecoinvestimentos.com.br

Website: www.ecoinvestimentos.com.br

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar, Rio de Janeiro, RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares, São Paulo, SP

Website: www.cvm.gov.br

2.5 Histórico do Gestor

O Gestor é uma empresa com foco de investimento em valores mobiliários de empresas privadas, abertas ou fechadas, principalmente no setor de infra-estrutura, com ênfase relacionada às fontes de energias renováveis. A empresa reúne profissionais que já atuam na área de gestão de recursos há vários anos, tendo experiência e conhecimentos para estruturar e conduzir atividades de investimentos conforme os melhores parâmetros de atuação do mercado financeiro. Em relação à seleção de investimentos em empresas privadas, especialmente na área de infra-estrutura, um fator importante na empresa é a presença de vários profissionais oriundos deste setor, habilitados tecnicamente e por experiência profissional na área, o que garante suporte à correta avaliação de riscos característicos deste setor. Na área de controle de riscos, há profissionais especializados em modelos matemáticos aplicados a investimentos, que trabalham integralmente no desenvolvimento de avaliações quantitativas, simulações e projeções relacionadas aos ativos que serão objeto de investimentos. A Eco Energy exerce sua atividade exclusivamente para “Investidores Qualificados”, definidos conforme com instruções da CVM, mais especificamente do segmento de Family Offices, Investidores Estrangeiros, Fundos de Pensão e Institutos de Previdência Complementar, indicados como “Investidores Institucionais”.

2.5.1. Currículo resumido da equipe

Carlos Roberto Althoff

Administrador FURB - 1987. Especialização em Viabilidade Econômica de Projetos FURB – 1992. Mestre em Administração UFGS - 1995. Consultoria em projetos de investimentos em Pequenas Centrais Hidroelétricas – PCH's na XMS Consultoria e Serviços – 2002-2008.

Claudio Fabiano Alves

Bacharel física UFSC - 1997. Mestre em Física UNESP - 1998. Especialista em Gestão de Concessionárias de Energia Elétrica UFPR - 1999. Analista de Comercialização de Energia Tradener 1998-1999. Coordenador de Desenv. do Energy Trade System 1999-2001. Gerente de Operações Tradener 2001-2002. Diretor de Informações da Recursos Hidricos e Energia – RHE 2002. Gerente Nacional da Electra Energy Comercializadora de Energia - 2002-2004. Diretor de Comercialização - 2004-2005. Diretor Financeiro - 2005-2006. Diretor Vice-Presidente Electra Comercializadora de Energia- 2007.

Rafael Costa da Silva

Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, credenciado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM através do ato declaratório CVM nº 6.558, de 23 de outubro de 2001. Administrador ESAG/UDESC - 1997. Economista UFSC - 2001. Mestrando em Economia UFSC (2009). Área de análise de projetos de investimentos do BESC - 1995. Analista de Ações Leme DTVM – 1996-1999. Assistente de Gestão de Carteira de Ações LEME Investimentos – 1999-2001. Administrador de Carteiras de Valores Leme Investimentos – 2001-2003 e Somma Investimentos - 2003-2007. Fundador e Diretor Regional da APIMEC-Sul-SC - 2002-atual. Conselheiro do Conselho Regional de Economia – CORECON-SC – 2006-2008.

Valmor Alves

Engenheiro Químico, UFSC – 1987. Pós em Eng. Prod. Mecânica, UFSC – 1989. Gerente Grace Dearborn – 1993. Gerente Regional (nas regiões Sul, Nordeste, Sudeste) – 1993-2001. Diretor Custom Solutions para Cone Sul, Nalco (grupo Suez) – 2002. Diretor Presidente Electra Energy Comercializadora de Energia e da Electra Power Geração de Energia– 2003 – 2008.

2.6. Histórico do Administrador

O Administrador é uma subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation, constituída especificamente para a administração de fundos de investimento no Brasil, tendo sido autorizada pela CVM a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório n.º 4.620, de 19 de dezembro de 1997.

O Administrador é um dos maiores prestadores de serviços financeiros para gestores independentes e investidores institucionais, sendo que, em 20 de outubro de 2009, prestava serviço de administração fiduciária de fundos de investimento para mais de 70% dos gestores independentes associados à Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (“ANBID”) e uma diversidade de investidores institucionais, constituídos preponderantemente de fundações, seguradoras e sociedades de capitalização. O Administrador combina atendimento especializado com tecnologia de ponta para prestar serviços ricos em informação e sistemas.

O The Bank of New York Mellon Corporation foi constituído em julho de 2007, a partir da fusão do The Bank of New York Company, Inc. com a Mellon Financial Corporation. A combinação dessas duas instituições financeiras tradicionais resultou em uma das maiores empresas de serviços financeiros no mundo. Juntas, as duas instituições tornaram-se uma das líderes globais em administração e gestão de ativos, comprometidas com excelência e alta performance de seus serviços.

Atualmente, o The Bank of New York Mellon Corporation é uma empresa global de serviços financeiros focada na gestão de ativos financeiros. Em 19 de outubro de 2009, operava em 34 países e atendia a mais de 100 mercados. A nova instituição é uma das maiores provedoras de serviços financeiros para pessoas físicas e pessoas jurídicas, nos segmentos de gestão de ativos, gestão de patrimônio, administração e controladoria fiduciária de fundos de investimento. O The Bank of New York Mellon Corporation utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para atender às necessidades de seus clientes.

2.7. Identificação dos Assessores Legais, Auditores Independentes e Custodiante

2.7.1. Assessores Legais

Os assessores legais do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Felsberg, Pedretti, Mannrich e Aidar Advogados e Consultores Legais

Avenida Paulista, 1294 – 2º andar – Bela Vista

São Paulo – SP

At.: Marcelo Cosac

Tel.: (55) (11) 3141-9100

Fax: (55) (11) 3141-9150

Correio eletrônico: marcelocosac@felsberg.com.br

Website: <http://www.felsberg.com.br>

2.7.2. Auditores Independentes

Os auditores responsáveis pela auditoria/revisão das demonstrações financeiras do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

BDO Auditores Independentes

Rua 7 de Setembro, 71 - 15º andar

CEP 20.050-005 - Rio de Janeiro - RJ

At.: Luis Carlos de Carvalho

Tel. (55) (21) 3534-7500

Fax. (55) (21) 2221-1395

Correio Eletrônico: luiz.carlos@bdotrevisan.com.br

Website: <http://www.bdotrevisan.com.br>

2.7.3. Custodiante

O Custodiante, responsável pela custódia qualificada dos Valores Mobiliários e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, pela escrituração das Quotas e pela prestação dos serviços de tesouraria do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, Vila Yara, s/nº

CEP 06.029-900, Osasco, SP

2.8. Declarações do Administrador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador, na qualidade de instituição administradora do Fundo, declara (i) que é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) que este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada por José Carlos Lopes Xavier de Oliveira, na qualidade de Diretor do Administrador.

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador, na qualidade de instituição coordenadora da Primeira Emissão, declara que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar a veracidade, consistência e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada por José Carlos Lopes Xavier de Oliveira, na qualidade de Diretor do Administrador.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

3. FATORES DE RISCO

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, sem limitação, aquelas relativas ao objetivo, política de investimento e composição da Carteira e aos fatores de risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo, inclusive, ocorrer a perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.1. Risco Operacional das Companhias Alvo

Em virtude da participação nas Companhias Alvo, todos os riscos operacionais das Companhias Alvo são também riscos operacionais do Fundo, visto que o desempenho do Fundo decorre do desempenho das Companhias Alvo.

3.2. Risco Legal

A performance das Companhias Alvo pode ser afetada em virtude de interferências legais aos seus projetos e aos setores em que atue, bem como por demandas judiciais em que as Companhias Alvo figurem como ré, em razão de danos ambientais, indenizações por desapropriações e prejuízos causados a propriedades particulares.

3.3. Risco de Concentração

Refere-se ao risco de o Fundo aplicar 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido nos Valores Mobiliários da Companhia Alvo.

3.4. Risco de Liquidez

Os ativos integrantes da Carteira do Fundo podem, pelas características de seus mercados, apresentar um menor volume de negócios, com reflexos na formação de preço desses ativos.

3.5. Risco de Mercado

A variação da taxa de juros ou do preço dos Ativos Financeiros, bem como condições econômicas nacionais e internacionais que venham a afetar o nível das taxas de câmbio e de juros e os preços dos papéis podem gerar impacto negativo na rentabilidade da carteira do Fundo.

3.6. Risco de Crédito

Os Valores Mobiliários estão sujeitos ao risco de crédito das Companhias Alvo, sendo possível o não recebimento dos juros e/ou principal relativos a tais Valores Mobiliários, podendo gerar impacto negativo na rentabilidade da carteira do Fundo. Da mesma forma, os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo estão sujeitos ao risco de crédito do Governo Federal, das instituições ou das empresas emitentes, sendo possível o não recebimento dos juros e/ou principal relativos a tais Ativos Financeiros, podendo gerar impacto negativo na rentabilidade da carteira do Fundo.

3.7. Restrições ao Resgate e Amortização de Quotas e Liquidez Reduzida

O Fundo é constituído sob forma de condomínio fechado e, portanto, só admite o resgate de suas Quotas ao término do Prazo de Duração do Fundo. A distribuição de resultados e a amortização de Quotas serão realizadas em conformidade com as regras previstas no Capítulo V do Regulamento. Caso os Quotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, poderão realizar a venda de suas Quotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições previstos no Regulamento e as demais disposições dos Compromissos de Investimento. Considerando que o mercado secundário para negociação de tais Quotas pode apresentar baixa liquidez, não há garantia de que os Quotistas conseguirão alienar suas Quotas pelo preço e no momento desejados.

3.8. Propriedade das Quotas versus a Propriedade dos Valores Mobiliários

Apesar da carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários de emissão das Companhias Alvo, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas a propriedade direta sobre tais Valores Mobiliários. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas que detém no Fundo.

3.9. Não Realização de Investimento pelo Fundo

Os investimentos do Fundo são considerados de longo prazo e o retorno do investimento nas Companhias Alvo pode não ser condizente com o esperado pelo Quotista. Não há garantias de que os investimentos pretendidos pelo Fundo estejam disponíveis no momento e em quantidade convenientes ou desejáveis à satisfação de sua política de investimentos, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo na não realização dos mesmos.

3.10. Inexistência de Garantia de Rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo nas Companhias Alvo, caso a mesma apresente riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações, não permite que seja determinado qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para o Fundo. Ademais, as aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer

mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do Patrimônio Líquido do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.11. Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos

O Fundo está sujeito aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante os mercados financeiro e de capitais brasileiro. Medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar suas políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional.

A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios do Fundo. Além disso, o Governo Federal, o Banco Central do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos setores de atuação da Companhia Alvo ou nos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo ou, ainda, outros relacionados ao próprio Fundo, o que poderá afetar a rentabilidade de sua Carteira.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

4. ECO ENERGY ELETRISA
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRA-ESTRUTURA

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

ECO ENERGY ELETRISA

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRA-ESTRUTURA

Os termos utilizados nesta seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e na seção "Definições" acima. Esta seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento. A leitura desta Seção do Prospecto não substitui a leitura integral do Regulamento.

4.1. Forma, Base Legal e Prazo de Duração

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regulado pela CVM e regido pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, de tempos em tempos, incluindo, sem limitação, a Instrução CVM n.º 391/03, a Instrução CVM n.º 409/04 e a Instrução CVM n.º 460/07.

O Fundo terá prazo de duração de 10 (dez) anos contado da data de integralização de Quotas que representem o Patrimônio Mínimo Inicial. A Assembleia Geral de Quotistas poderá, a qualquer tempo, reduzir ou prorrogar o Prazo de Duração do Fundo.

4.2. Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento

As Quotas de emissão do Fundo serão destinadas e colocadas exclusivamente junto a investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

O investimento inicial mínimo no Fundo por cada Quotista corresponderá a uma subscrição de Quotas equivalente a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

O Fundo deverá ter, no mínimo, 10 (dez) Quotistas, sendo que cada Quotista não poderá ser titular de mais de 20% (vinte por cento) das Quotas emitidas pelo Fundo ou auferir rendimento superior a 20% (vinte por cento) do rendimento total do Fundo.

O Fundo respeitará os limites e as restrições estabelecidos nas Resoluções nº 3.792/09 e 3.790/09 do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), no âmbito do Fundo, que dispõem, respectivamente, (i) sobre as diretrizes dos recursos garantidores dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar e (ii) sobre os Regimes Próprios de Previdência Social de Estados e Municípios.

Cabe aos próprios investidores regulados pelas Resoluções nº 3.792/09 e 3.790/09 do CMN, no âmbito de suas respectivas entidades, a integral responsabilidade por garantir que as aplicações que realizarem no Fundo estejam enquadradas e de acordo com suas políticas de investimentos e com a legislação vigente.

Os investidores previdenciários, tais como institutos municipais e estaduais de previdência social, e entidades de previdência complementar, que investirem no Fundo, deverão declarar expressamente, mediante a assinatura do relevante Termo de Adesão, que o investimento de seus recursos no Fundo estará de acordo com as regras e os limites estabelecidos nas Resoluções nº 3.792/09 e 3.790/09 do CMN, ou estabelecidas em qualquer outra resolução do CMN existente ou futura, que venha a ser editada pelo CMN. Será de integral responsabilidade dos investidores previdenciários e entidades de previdência complementar mencionados neste parágrafo garantir que seus investimentos no Fundo estarão enquadrados nas regras e limites estabelecidos nas Resoluções nº 3.456/07 e 3.506/07 do CMN.

4.3. Administração e Gestão do Fundo

4.3.1. Administrador

O Fundo é administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de recursos de terceiros, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 02.201.501/0001-61.

O diretor do Administrador, responsável civil e criminalmente pela supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas, nos termos da regulamentação em vigor, é o Sr. José Carlos Lopes Xavier de Oliveira, brasileiro, divorciado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 04667892-6, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 003.888.737-10, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Igarapava, nº 10/602.

Observada a regulamentação da CVM em vigor e o Regulamento, o Administrador terá poderes para praticar todos e quaisquer atos que se façam necessários à administração e operacionalização do Fundo, conforme previstos na legislação aplicável e no Regulamento do Fundo, especialmente, sem limitação, os seguintes: (i) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do Fundo, o registro dos Quotistas e de transferência de Quotas, o livro de atas das Assembléias Gerais de Quotistas, o livro de presença de Quotistas, o arquivo dos pareceres do Auditor Independente, os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo Fundo e seu Patrimônio Líquido, e a documentação relativa às operações do Fundo; (ii) receber, em nome do Fundo, dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao Fundo; (iii) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo, (iv) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM n.º 391; (v) elaborar as demonstrações contábeis semestrais e anuais e o parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições regulamentares aplicáveis, assim como as constantes do presente Regulamento; (vi) se houver, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Quotas

emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento, elaborados pelo Gestor, que fundamentem as decisões tomadas na Assembléia Geral de Quotistas, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões; (vii) fornecer aos Quotistas que, isolada e ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Quotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pelo Gestor, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento; (viii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso I acima até o término de tal inquérito; (ix) exercer ou diligenciar para que sejam exercidos todos os direitos inerentes aos Valores Mobiliários e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo e às atividades do Fundo; (x) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Administrador do Fundo ou oriundo da própria carteira administrada; (xi) quando e se aplicável, manter os Valores Mobiliários e os Ativos Financeiros fungíveis integrantes da Carteira do Fundo custodiados em entidade de custódia qualificada autorizada pela CVM ao exercício dessa atividade; (xii) elaborar e divulgar as demonstrações financeiras e demais informações previstas no Capítulo IX do Regulamento do Fundo; (xiii) cumprir e, na medida de suas atribuições, fazer cumprir, todas as disposições constantes do Regulamento; (xiv) cumprir e, na medida de suas atribuições, fazer cumprir, as deliberações da Assembleia Geral de Quotistas; (xv) divulgar a todos os Quotistas e à CVM qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo e à Companhia Alvo; (xvi) tomar as medidas necessárias, conforme regulamentação vigente, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e alterações posteriores; (xvii) empregar, na defesa dos direitos dos Quotistas e do Fundo, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-los, tomando, inclusive, as medidas judiciais cabíveis;

4.3.2. Gestor

A competência para gerir a carteira do Fundo, que engloba as atribuições de seleção, avaliação, aquisição, alienação, subscrição, conversão, permuta e exercício dos demais direitos inerentes aos ativos e às modalidades operacionais que integrem a carteira do Fundo, cabe com exclusividade ao Gestor, sem prejuízo dos poderes de representação do Fundo, que cabem ao Administrador, e das demais disposições do Regulamento.

O Administrador pode delegar os poderes de representação ao Gestor, sem prejuízo do dever de informação ao Administrador, mediante instrumento próprio e caso a caso, de modo que o Gestor possa, diretamente, comparecer e votar em assembleias gerais de sócios das Companhias Alvo, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, e reuniões de órgãos administrativos de qualquer espécie, exercer direito de ação, negociar estatuto social das Companhias Alvo e eventuais alterações, assim como firmar contratos de compra e venda de Valores Mobiliários, acordos de acionistas das Companhias Alvo, acordos de investimento e outros instrumentos correlatos.

Caberá, portanto, ao Gestor, observada a regulamentação da CVM em vigor e o Regulamento, (i) exercer a gestão discricionária dos recursos do Fundo, com poderes exclusivos para selecionar, avaliar e decidir sobre a compra e venda de Valores Mobiliários ou Ativos Financeiros para a Carteira do Fundo; (ii) tomar suas decisões de gestão em consonância com as normas técnicas e administrativas adequadas às operações no mercado de capitais e no mercado financeiro, observando os princípios de boa técnica de investimentos e envidando seus melhores esforços com o objetivo de proporcionar à Carteira do Fundo as melhores condições de rentabilidade, segurança e, com relação ao investimento em Ativos Financeiros, liquidez dos investimentos; (iii) selecionar os agentes intermediários e corretoras necessárias, conforme o caso, para a realização das operações do Fundo, devendo submeter os agentes intermediários ou corretoras escolhidos à apreciação do Administrador; (iv) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Gestor; (v) comunicar ao Administrador qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo de que tenha conhecimento; (vi) determinar as diretrizes de investimento e desinvestimento do Fundo; (vii) decidir sobre os investimentos e desinvestimentos a serem realizados pelo Fundo, observada a política de investimento do Fundo, as disposições do Regulamento e a regulamentação aplicável; (viii) decidir sobre a forma de liquidação dos ativos que compõem a Carteira do Fundo, por ocasião de sua liquidação; (ix) determinar a realização de chamadas de capital, observado o disposto no Regulamento; (x) proteger e promover os interesses do Fundo junto à Companhia Alvo, inclusive solicitando ao Administrador que inicie quaisquer ações legais, caso necessário; (xi) solicitar ao Administrador, sempre que julgar necessário, a convocação ou a inclusão de matérias em Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre alterações no objetivo, política de investimento, níveis de exposição a riscos, condições de aplicações e resgates de Quotas e tratamento tributário perseguido pelo Fundo, ou quaisquer outras matérias de interesse do Fundo ou dos Quotistas, bem como participar das Assembleias Gerais de Quotistas sempre que entender necessário ou sempre que solicitado por Quotistas do Fundo, conforme o caso; (xii) aprovar a alienação de parte dos Valores Mobiliários durante o Período de Investimento, nos termos previstos no Artigo 23, Parágrafo Quarto, do Regulamento; (xiii) deliberar sobre a redução ou prorrogação do Período de Investimento e/ou do Período de Desinvestimento; (xiv) definir os princípios basilares que deverão nortear a condução e prestação de serviços de *due diligence*, bem como o limite de despesas com a contratação de terceiros para prestar tais serviços, incluindo mas não se limitando à *due diligence* técnica, ambiental, legal, fiscal e contábil, custas de viagens e custos de transações ligadas aos investimentos; (xv) participar das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias de acionistas da Companhia Alvo, sempre visando ao cumprimento dos objetivos do Fundo, e atuar junto aos demais acionistas da Companhia Alvo, de forma a que apoiem o Fundo na votação das matérias que serão deliberadas, disponibilizando cópia das atas das referidas assembleias por meio magnético ao Administrador em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que ocorrer a respectiva assembleia; (xvi) enviar aos Quotistas, nas deliberações previstas no Artigo 24, XVI, do Regulamento, com antecedência de até 3 (três) Dias Úteis da data da convocação, o material necessário à avaliação da ordem do dia da reunião, que abrangerá os seguintes itens, quando aplicável, (a) análise do mercado de atuação da Companhia Alvo; (b) análise econômico-financeira da Companhia Alvo, projeções de fluxo de caixa e demonstrativos financeiros; (c) avaliação do investimento; (d) estruturação financeira da operação envolvendo o investimento na Companhia Alvo; (e) aspectos societários da Companhia Alvo; (f)

aspectos jurídicos que balizarão os instrumentos a serem celebrados pelo Fundo, que poderão ser enviados por meio magnético; e (g) possíveis opções de desinvestimento; (xvii) arcar com todas as despesas em que incorra para a gestão da Carteira do Fundo e que não caibam ao Administrador e/ou ao Fundo na forma do Regulamento, tais como salários, aluguéis, suprimento, despesas administrativas, de telecomunicações, impressão, despesas com uso e conservação de bens, remuneração de pessoal administrativo e despesas de propaganda do Fundo; (xviii) cumprir os termos estabelecidos em eventual(is) acordo(s) de acionistas celebrado(s) entre o Fundo e acionista(s) da Companhia Alvo, as deliberações da Assembleia Geral de Quotistas; (xix) fornecer orientação estratégica à Companhia Alvo, incluindo estratégias alternativas de distribuição, identificação de potenciais mercados e parceiros estratégicos, bem como de reestruturação financeira; e (xx) cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes do Regulamento.

4.3.3. Renúncia ou Descredenciamento do Administrador ou do Gestor

O Administrador e o Gestor poderão renunciar, respectivamente, à administração e à gestão do Fundo mediante aviso por escrito com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência, endereçado a cada Quotista e à CVM. Ainda, a CVM, no uso de suas atribuições legais, poderá descredenciar o Administrador e/ou o Gestor de suas funções, em conformidade com as normas que regulam o exercício da atividade de administrador e de gestor de fundos de investimento.

Nessas hipóteses, o Administrador deverá imediatamente convocar uma Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição, sobre a substituição do Gestor, ou sobre a substituição de ambos, a qual deverá ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias contados da renúncia ou descredenciamento. A convocação da Assembleia Geral de Quotistas para o propósito de deliberar sobre a substituição do Administrador ou Gestor em caso de sua renúncia ou descredenciamento poderá ser também convocada por Quotistas titulares de ao menos 5% (cinco por cento) das Quotas emitidas pelo Fundo. Ainda, nos casos de descredenciamento do Administrador ou do Gestor, a convocação da Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a substituição desses prestadores de serviço poderá ser determinada pela CVM, no uso de suas atribuições legais.

No caso de renúncia do Administrador e/ou do Gestor, eles deverão permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo disposto no Regulamento. Caso os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, não indiquem instituição substituta em até 60 (sessenta) dias, contados da comunicação da renúncia, ou nenhuma outra instituição assuma efetivamente todos os deveres e obrigações do Administrador e/ou do Gestor nesse prazo, o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a liquidação do Fundo e comunicará o evento à CVM. Caso não haja quorum suficiente para deliberar sobre a liquidação do Fundo, o Administrador procederá automaticamente à liquidação do Fundo.

No caso de descredenciamento do Administrador ou do Gestor, sem que os Quotistas tenham aprovado a eleição de seu substituto, nos termos do Regulamento, a CVM poderá indicar um

administrador e/ou um gestor temporário até a eleição do administrador e/ou do gestor que vier a substituí-los.

Em caso de renúncia e/ou descredenciamento, o Administrador e/ou o Gestor substituídos, conforme o caso, deverão, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição do novo administrador e/ou gestor que vier a substituí-los, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da aprovação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, a Companhia Alvo, os Valores Mobiliários e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo.

Nos casos de renúncia e destituição do Administrador e/ou do Gestor, estes continuarão, conforme o caso, recebendo, até a sua efetiva substituição ou liquidação do Fundo, a Taxa de Administração, Taxa de Gestão e Taxa de Performance estipuladas no Regulamento, calculada *pro rata temporis* até a data em que exercerem suas funções.

4.4. Prestadores de Serviço do Fundo

4.4.1. Custodiante

Os serviços de liquidação, tesouraria e custódia, controle de ativos e passivos, cálculo do valor das Quotas, e processamento e contabilidade do Fundo serão prestados pelo Banco Bradesco S.A., com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, CEP 06029-900, instituição legalmente habilitada a prestar tais serviços, na forma da regulamentação aplicável.

4.4.2. Auditor Independente

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo para prestar os serviços de auditoria independente é a BDO Auditores Independentes, ou sua sucessora no exercício dessas funções, e será responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

4.5. Objetivo do Fundo

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas, por meio do investimento em Valores Mobiliários das Companhias Alvo que desenvolvam Novos Projetos de Infra-Estrutura no território nacional, no setor de energia, participando de seu processo decisório e com influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

A efetiva influência do Fundo na definição da política estratégica e na gestão da Companhia Alvo poderá se dar por meio da participação do Fundo no bloco de controle da Companhia Alvo, bem como por meio da celebração de acordo de acionistas e demais contratos que se façam necessários para o cumprimento dos objetivos do Fundo.

4.6. Investimentos do Fundo e Composição e Diversificação da Carteira

A política de investimento do Fundo busca proporcionar aos seus Quotistas a melhor remuneração possível de suas Quotas, mediante o direcionamento de seus investimentos para a aquisição de ações e bônus de subscrição emitidos pela Companhia Alvo, participando do processo decisório da Companhia Alvo, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, observadas as diretrizes fixadas pelo Gestor, incluindo, sem limitação, por meio da indicação de membros do Conselho de Administração da Companhia Alvo, bem como pela celebração de acordo de acionistas.

O Fundo terá a seguinte política de investimento, a ser observada pelo Gestor: (i) no mínimo 95% (noventa e cinco por cento) da Carteira do Fundo será representada por ações e bônus de subscrição da Companhia Alvo; e (ii) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, limitado a 5% do Patrimônio Líquido do Fundo, que não esteja representado por ações e bônus de subscrição das Companhias Alvo, deverá ser aplicado exclusivamente em (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; (c) ações, títulos ou valores mobiliários de renda fixa emitidos por instituições financeiras; e (d) quotas de fundos de investimento referenciado DI e/ou renda, que invistam exclusivamente em ativos financeiros mencionados acima.

O Fundo poderá ter participação de até 100% (cem por cento) do capital de uma única Companhia Alvo.

Caberá exclusivamente ao Gestor a responsabilidade pela verificação da adequação e manutenção da Carteira do Fundo aos limites de concentração e política de investimentos estabelecidos no Regulamento.

É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações sejam realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

Salvo se aprovada em Assembléia Geral de Quotistas, é vedada a aplicação de recursos do Fundo em Valores Mobiliários da Companhia Alvo caso participem, direta ou indiretamente: (i) o Administrador, o Gestor e os Quotistas titulares de Quotas representativas de, ao menos, 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total; ou (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso anterior que: (a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira de operação de emissão ou oferta de Valores Mobiliários a serem subscritos ou adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou (b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da Companhia Alvo, antes do primeiro investimento por parte do Fundo.

Salvo se aprovada em Assembléia Geral de Quotistas e no Regulamento, é igualmente vedada a realização de operações, pelo Fundo em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas no inciso (i) acima, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor.

O Fundo deverá alocar a parcela mínima de seu Patrimônio Líquido em Valores Mobiliários, conforme estabelecido no neste Prospecto e no Regulamento, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contado da data da primeira integralização de Quotas. Este prazo também se aplica à reversão de eventual desenquadramento decorrente do encerramento de projeto no qual o Fundo tenha investido. Caso o Fundo não observe o prazo estabelecido neste parágrafo, o Administrador deverá convocar uma Assembléia Geral de Quotistas visando deliberar sobre eventual prorrogação do referido prazo ou sobre a liquidação antecipada do Fundo.

4.7. Distribuição de Resultados e Amortizações

Na liquidação, total ou parcial, de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo integrante da Carteira do Fundo, o produto oriundo de tal alienação será distribuído aos Quotistas na proporção de suas respectivas participações no Fundo, a título de amortizações de Quotas, em até 10 (dez) dias, contados da data do efetivo ingresso dos recursos na Conta do Fundo, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembléia Geral de Quotistas.

As quantias atribuídas ao Fundo exclusivamente a título de dividendos, declarados em favor das ações de sua propriedade e que venham a ser distribuídos a qualquer tempo pela Companhia Alvo, serão distribuídas aos Quotistas, em, no máximo, 10 (dez) Dias Úteis após o seu recebimento pelo Fundo. Os demais direitos e rendimentos oriundos dos ativos serão incorporados ao Fundo.

Qualquer amortização (i) abrangerá todas as Quotas do Fundo, (ii) será feita na mesma data a todos os Quotistas mediante rateio das quantias, sempre em dinheiro, a serem distribuídas aos Quotistas existentes e (iii) serão pagas aos Quotistas em até 10 (dez) dias, contados da data do efetivo ingresso dos recursos na Conta do Fundo.

Para atender às suas necessidades de caixa, o Fundo poderá proceder a novas chamadas de capital, até o limite dos Compromissos de Investimento e apenas durante o Período de Investimento, ou reter a totalidade ou parte dos recursos resultantes da alienação, total ou parcial, de um investimento integrante da Carteira do Fundo, ou ainda, desde que aprovado pelo Gestor, de dividendos, juros ou quaisquer outros rendimentos oriundos de tais investimentos.

A eventual alienação de parte dos Valores Mobiliários de titularidade do Fundo ocorrerá excepcionalmente durante o Período de Investimento, desde que esgotadas as demais possibilidades previstas Regulamento e desde que previamente aprovado pelo Gestor.

Sem prejuízo das demais disposições aplicáveis, mediante aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, o Administrador poderá amortizar ou resgatar (no caso de liquidação antecipada do Fundo) as Quotas com ativos do Fundo, devendo a respectiva Assembléia Geral de Quotistas estabelecer os critérios detalhados e específicos para a adoção de tais procedimentos.

4.8. Período de Investimento e Desinvestimento do Fundo

O período de investimento do Fundo será de até 3 (três) anos, contado do início do Prazo de Duração, após o qual o Fundo entrará em Período de Desinvestimento.

O Período de Desinvestimento do Fundo será de, no mínimo, 7 (sete) anos, contado a partir do final do Período de Investimento.

No Período de Desinvestimento, os investimentos do Fundo serão liquidados de forma ordenada pelo Gestor e o produto resultante será obrigatoriamente utilizado para amortização das Quotas do Fundo.

Excepcionalmente, o Gestor poderá realizar novas chamadas de capital para permitir o pagamento ou a constituição de reservas para pagamento dos Encargos do Fundo.

O prazo de duração poderá, mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, por proposta do Gestor, ser prorrogado por até 2 (dois) períodos adicionais de 10 (dez) anos cada.

4.9. Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas

4.9.1. Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

O Fundo será constituído por Quotas que corresponderão a frações ideais de seu Patrimônio Líquido, e conferirão a seus titulares os mesmos direitos e deveres políticos, patrimoniais e econômicos.

O valor das Quotas será determinado com base na divisão do valor do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas em circulação do Fundo ao final de cada dia, observadas as normas contábeis aplicáveis.

As Quotas terão registro para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), mantidas em contas de depósito em nome dos Quotistas, e serão registradas para negociação no mercado secundário somente no Módulo de Fundos ("SF"), ambos operacionalizados pela CETIP.

As Quotas somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, solidariamente com o cedente, todas as obrigações deste perante o Fundo no tocante à sua integralização.

Os adquirentes das Quotas que ainda não sejam Quotistas deverão ser investidores qualificados, nos termos do Artigo 109 da Instrução CVM nº 409, e deverão aderir aos termos e condições do Fundo por meio da assinatura e entrega ao Administrador, e à CETIP, se for o caso, dos documentos por estes exigidos, necessários para o cumprimento das condições comerciais e negociais originalmente acordadas entre os Quotistas, bem para como cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como novos Quotistas.

4.9.2. Emissão e Colocação das Quotas

O Fundo poderá emitir até R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais), representado por 55.000.000 (cinquenta e cinco milhões) de Quotas, ao valor unitário de R\$1,00 (um real) cada.

Qualquer nova emissão de Quotas pelo Fundo deverá ser precedida de uma reavaliação da Carteira do Fundo. O valor das Quotas a serem emitidas serão calculadas de acordo com o Regulamento ou conforme determinado pela Assembléia Geral de Quotistas.

Independentemente do valor do Patrimônio Previsto, mediante simples deliberação do Administrador, as atividades do Fundo terão início a partir da integralização de Quotas que somem o Patrimônio Mínimo Inicial.

Ao subscrever Quotas do Fundo, cada investidor celebrará com o Fundo um Compromisso de Investimento e um Boletim de Subscrição, dos quais deverá constar a quantidade de Quotas subscritas por cada investidor, o valor total que o Quotista se obriga a integralizar no decorrer da vigência do Fundo, bem como a modalidade pela qual tal integralização dar-se-á (pagamento em dinheiro e/ou subscrição/integralização de Valores Mobiliários da Companhia Alvo), tudo de acordo com as chamadas de capital realizadas pelo Administrador, conforme determinação do Gestor, na forma do Regulamento, do Compromisso de Investimento e eventual(is) acordo(s) de acionistas celebrado(s) entre o Fundo e acionista(s) da Companhia Alvo, sob as penas previstas no Regulamento, no Compromisso de Investimento e na legislação aplicável.

Não haverá taxa de ingresso ou de saída do Fundo.

Para que seja aceito como Quotista do Fundo, o investidor deverá subscrever Quotas com um valor total equivalente a, no mínimo, R\$100.000,00 (cem mil reais).

4.9.3. Direito de Voto

A propriedade de cada Quota confere a seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas.

Todas as deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas serão tomadas pelo voto favorável de Quotistas que representem no mínimo a maioria das Quotas presentes na assembléia,

Os Quotistas poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pelo Administrador antes do início da Assembléia Geral de Quotistas, observado o disposto no Regulamento.

As deliberações da Assembléia Geral de Quotistas poderão ser tomadas mediante processo de consulta, formalizada por escrito, dirigida pelo Administrador a cada Quotista, devendo constar da consulta todos os elementos informativos necessários ao exercício do direito de voto. A resposta pelos Quotistas à consulta deverá se dar dentro de 3 (três) Dias Úteis e a ausência de resposta nesse prazo será considerada como desaprovação pelo Quotista à consulta formulada.

4.9.4. Condições de Emissão e Subscrição de Quotas do Fundo

As Quotas emitidas pelo Fundo poderão ser objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400/03, ou de distribuição pública com esforços restritos, nos termos previstos na Instrução CVM nº 476/09.

Na hipótese da oferta de Quotas ser realizada nos termos da Instrução CVM nº 400/03, a subscrição de Quotas do Fundo se dará no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar do anúncio de início da distribuição, prorrogável por igual período. Caso a oferta de Quotas seja realizada por meio de oferta pública com esforços restritos, nos termos previstos na Instrução CVM nº 476/09, a subscrição se dará no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por períodos adicionais de 180 (cento e oitenta) dias até o seu efetivo encerramento.

4.9.5. Integralização das Quotas da Primeira Emissão

Os valores objeto dos respectivos Compromissos de Investimento deverão ser aportados ao Fundo pelos Quotistas na medida em que tais valores sejam necessários para (i) a realização de investimentos pelo Fundo, na forma disciplinada no Regulamento, ou (ii) o pagamento dos Encargos do Fundo.

O Administrador deverá requerer aos Quotistas que realizem a integralização das Quotas dentro de 10 (dez) Dias Úteis, contados do envio de Notificação de Integralização, conforme instruído pelo Gestor ou em razão da necessidade de pagamento da Taxa de Administração ou dos demais Encargos do Fundo, em todos os casos, observadas as disposições do Regulamento e do Compromisso de Investimento.

A partir da assinatura do Compromisso de Investimento, o Quotista será obrigado a cumprir as condições previstas no Regulamento, no próprio Compromisso de Investimento e na regulamentação aplicável.

A Notificação de Integralização deverá ser entregue por meio de carta ou correio eletrônico enviado ao Quotista, no qual constará o montante a ser por ele integralizado, a data em que o aporte deve ser recebido e as instruções para transferência dos aportes requeridos para o Fundo.

O Quotista que não realizar o pagamento nas condições previstas no Regulamento e no respectivo Compromisso de Investimento ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito atualizado pela variação do IGP-M, verificada desde a data estabelecida para realização da integralização das Quotas até a data da sua efetiva integralização e de uma multa equivalente à Taxa DI acrescida de 5% (cinco por cento) por ano sobre o débito corrigido.

As penalidades previstas no parágrafo anterior não serão impostas ao Quotista que deixar de integralizar suas Quotas exclusivamente por força de limitações ou vedações impostas pela legislação ou regulamentação que lhe sejam aplicáveis.

Caso o Quotista Inadimplente deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos ao Fundo, estabelecida no respectivo Compromisso de Investimento, o Administrador enviará uma notificação para os outros Quotistas oferecendo-lhes a oportunidade de realizarem um Investimento Remanescente.

A integralização do Investimento Remanescente pelos outros Quotistas será limitada ao valor proporcional à sua participação no Fundo.

Caso os Quotistas não realizem a integralização total do Investimento Remanescente em até 10 (dez) Dias Úteis contados do envio da notificação pelo Administrador, as amortizações a que fizer jus o Quotista Inadimplente serão utilizadas para compensação dos débitos existentes com o Fundo até o limite de seus débitos.

O Administrador notificará o Quotista Inadimplente informando-o a respeito da suspensão de seus direitos de Quotista, os quais perdurarão suspensos até que o Quotista Inadimplente cumpra sua obrigação de integralização ou que o Fundo tenha utilizado recursos de Amortizações para compensar os débitos existentes.

Caso o procedimento relativo ao Investimento Remanescente previsto acima tenha sido realizado, sem que a totalidade das Quotas não integralizadas pelo Quotista Inadimplente tenha sido integralizada por este ou pelos demais Quotistas, o Administrador, mediante recomendação do Gestor, deverá promover contra o Quotista Inadimplente a cobrança extrajudicial das importâncias devidas ou adotar procedimentos judiciais com tal finalidade, constituindo o Compromisso de Investimento e o requerimento tratando da integralização títulos executivos extrajudiciais, nos termos do Código de Processo Civil.

A integralização das Quotas do Fundo deverá ser realizada por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED) de conta do Quotista, para depósito na Conta do Fundo ou mediante cessão e/ou alienação de bens ou direitos contra a Companhia Alvo desde que o valor dos mesmos esteja respaldado em lado de avaliação elaborado por empresa especializada e aprovado em seguida pelo Administrador.

As importâncias recebidas na integralização das Quotas do Fundo serão depositadas na Conta do Fundo, devendo ser aplicados conforme estabelecido no Regulamento e no Artigo 9.º da Instrução CVM nº. 391/03.

4.9.6. Emissão de Novas Quotas

Qualquer nova emissão de Quotas pelo Fundo deverá ser precedida de uma reavaliação da Carteira do Fundo. O valor das Quotas a serem emitidas será calculado de acordo com o previsto no Regulamento ou conforme determinado pelo Assistente Geral de Quotistas.

4.9.7. Direito de Preferência para Novas Emissões

Não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas, inclusive na emissão de Novas Quotas.

4.9.8. Negociação das Quotas

As Quotas terão registro para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), e para negociação no mercado secundário que se dará somente no Módulo de Fundos ("SF"), ambos operacionalizados pela CETIP.

4.10. Demonstrações Contábeis e Informações sobre o Fundo

O Fundo terá escrituração contábil própria, e as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo serão segregadas das do Administrador, do Gestor e/ou do Custodiante.

O Patrimônio Líquido do Fundo corresponderá ao montante constituído pela soma dos recursos disponíveis na Conta do Fundo, acrescido do valor dos Valores Mobiliários e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, acrescido dos valores declarados e não pagos dos Valores Mobiliários e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, reduzido do valor dos Encargos do Fundo.

Os ativos e passivos do Fundo, incluindo a sua carteira de investimentos, serão apurados de acordo com a metodologia de precificação descrita no Anexo II ao Regulamento.

O exercício social do Fundo encerra-se no último dia útil de fevereiro de cada ano.

O Administrador deverá enviar à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos, e aos Quotistas, as seguintes informações: (i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações: (a) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; e (b) o número de Quotas emitidas; (ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações: (a) a composição da Carteira do Fundo, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram; (b) demonstrações contábeis do Fundo, acompanhadas da declaração a que se refere o inciso V do Artigo 8º do Regulamento; (c) os Encargos do Fundo debitados, devendo ser especificado o seu valor; e (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários e Ativos Financeiros componentes da Carteira; e (iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações: (a) as demonstrações contábeis do exercício, acompanhadas de parecer do Auditor Independente; (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e a sua rentabilidade no período; e (c) a descrição dos Encargos do Fundo debitados, devendo ser especificado o seu valor e o percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

O Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM todo ato ou fato relevante atinente ao Fundo e/ou à administração, e facilitar a auditoria de qualquer documento relacionado ao Fundo e à administração pelos Quotistas ou por terceiros em nome dos Quotistas, desde que devidamente representados por meio de instrumento próprio, mediante prévia solicitação com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, conforme disposições do Regulamento.

O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

O Administrador se compromete, ainda, a disponibilizar em sua sede aos Quotistas as informações constantes desta seção.

4.11. Avaliação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo

Os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados pelo método de marcação a mercado, conforme o disposto no quadro abaixo:

Ativo	Fontes
Títulos Públicos	Os títulos são apreçados pelos preços unitários de títulos públicos divulgados pelo Mercado Secundário da ANDIMA.
Títulos Privados	<p>A nossa metodologia de precificação de ativos privados obedece necessariamente a seguinte ordem de prioridade:</p> <p>a) Caso o ativo possua taxa divulgada pela ANDIMA, utilizamos essas taxas para calcular o PU de mercado;</p> <p>b) Caso o ativo não tenha taxa divulgada pela ANDIMA, o PU de mercado é dado pela mediana de preços fornecidos por um pool de players com forte participação no mercado (PIC);</p> <p>c) Quando os dados em questão não forem de qualidade/quantidade mínima para o cálculo do PIC, o valor do título é apurado usando a metodologia de precificação cruzada. Caso não haja dados para a precificação cruzada ou o fluxo de amortização do papel não seja pré-definido precificamos o ativo na curva de aquisição.</p>
Ações	<p>São utilizadas as cotações referentes ao preço de fechamento do dia negociadas na BM&FBOVESPA, obtidas por um arquivo enviado por ela mesma.</p> <p>As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas pelo custo de aquisição. Serão admitidas como alternativas de avaliação: (a) quando possuírem como único ativo ações em investimento direto cotada em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, o último balanço auditado da companhia investida, que será usado para atualizar os ativos circulantes e passivos da companhia avaliada e o investimento direto será atualizado pela última cotação de fechamento disponível na bolsa de valores, proporcionalmente à participação indireta nessa companhia; ou (b) contratação de empresa independente especializada e aprovada pelo BNY Mellon, nos termos da Instrução CVM n.º 438, de 12 de julho de 2006, para determinação do valor econômico, devendo tais ativos passarem a ser contabilizados pelo seu valor econômico.</p>

4.12. Liquidação do Fundo

Exceto conforme previsto no Regulamento e neste Prospecto para as situações de renúncia do Administrador e/ou Gestor, ou ainda, descredenciamento do Administrador e/ou do Gestor por parte da CVM, o Fundo entrará em liquidação ao final do Prazo de Duração ou de suas eventuais prorrogações.

Na ocorrência da liquidação do Fundo, o Administrador (i) liquidará todos os investimentos do Fundo em Ativos Financeiros, transferindo todos os recursos daí resultantes para a Conta do Fundo; (ii) realizará o pagamento dos Encargos do Fundo e a amortização das Quotas, até o limite dos recursos disponíveis na Conta do Fundo; e (iii) realizará a alienação dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira do Fundo, observado o procedimento previsto no Regulamento, ou resgatará as Quotas em circulação mediante a entrega de tais Valores Mobiliários aos Quotistas.

No caso de liquidação do Fundo, os Quotistas terão o direito de partilhar o Patrimônio Líquido em igualdade de condições e na proporção dos valores para resgate de suas Quotas e no limite desses valores. Não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas.

A liquidação do Fundo e a divisão do seu Patrimônio Líquido entre os Quotistas deverão ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do término do Prazo de Duração ou da data de realização da Assembléia Geral que aprovar a liquidação do Fundo, conforme o caso.

Após a divisão do Patrimônio Líquido do Fundo entre os Quotistas, o Administrador deverá promover o encerramento do Fundo, encaminhando à CVM, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que os recursos provenientes da liquidação foram disponibilizados aos Quotistas, a documentação referida na regulamentação da CVM, assim como praticar todos os atos necessários ao seu encerramento perante quaisquer autoridades.

Mediante aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, a liquidação do Fundo será feita de uma das formas a seguir, a critério do Gestor, sempre levando em consideração a opção que atenda da melhor maneira aos interesses dos Quotistas: (i) venda privada ou venda em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, devendo ser observado se os títulos e valores mobiliários são ou não negociados em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, observado o disposto na legislação aplicável; (ii) exercício, em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, de opções de venda, negociadas pelo Administrador e/ou pelo Gestor, quando da realização dos investimentos; ou (iii) entrega aos Quotistas de títulos e valores mobiliários negociados em mercado organizado de bolsa ou de balcão ou nos mercados financeiros, ou de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo na data da liquidação.

Caso, ao final do procedimento de liquidação, existam ativos remanescentes de difícil alienação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, o Administrador, segundo orientação da Assembléia Geral de Quotistas, realizará o resgate das Quotas mediante dação em pagamento dos Valores Mobiliários que não forem liquidados, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou co-obrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação.

4.13. Operações sujeitas à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas

Além das matérias estabelecidas na regulamentação própria e de outras matérias previstas no Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral de Quotistas: (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador; (ii) deliberar sobre a alteração do Regulamento do Fundo; (iii) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador, do Custodiante ou do Gestor, escolha de seu substituto e alteração do Regulamento para constar essa destituição ou substituição; (iv) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo; (v) deliberar sobre a emissão e distribuição de Novas Quotas; (vi) deliberar sobre o aumento ou qualquer alteração na Taxa de Administração na Taxa de Gestão ou Taxa de Performance, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do Fundo; (vii) deliberar sobre a redução ou prorrogação do Prazo de Duração mediante proposta enviada pelo Gestor nesse sentido; (viii) deliberar sobre a alteração do quorum de instalação e do quorum de deliberação da Assembléia Geral de Quotistas; (ix) deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de quaisquer comitês ou conselhos criados pelo Fundo; (x) deliberar sobre qualquer requerimento de informações por Quotistas, observado o disposto no parágrafo único do Artigo 14 da Instrução CVM nº 391/03; (xi) deliberar sobre amortizações de Quotas e/ou liquidação do Fundo nas hipóteses não previstas no Regulamento; (xii) deliberar sobre os procedimentos e critérios a serem adotados pelo Administrador na hipótese de amortização ou resgate das Quotas, mediante a entrega de ativos integrantes da Carteira do Fundo; (xiii) aprovar previamente a celebração de acordo de acionistas ou quaisquer outros ajustes similares na Companhia Alvo bem como os princípios basilares que deverão nortear a negociação e celebração dos mesmos, ou, ainda, a alteração ou rescisão destes acordos ou ajustes; (xiv) aprovar previamente a celebração de qualquer contrato de contrato de constituição de usufruto de ações e/ou de outros direitos outorgados em benefício do Fundo, bem como os princípios basilares que deverão nortear a negociação e celebração dos mesmos; (xv) aprovar previamente quaisquer despesas de propaganda do Fundo a serem incorridas pelo Administrador; (xvi) aprovar ou vetar as seguintes matérias relativas à Companhia Alvo submetidas à apreciação pelo Gestor: (a) aumento ou redução do capital social da Companhia Alvo; (b) alteração do objeto social da Companhia Alvo; (c) alteração do prazo de duração da Companhia Alvo; (d) alteração do limite de capital autorizado da Companhia Alvo; (e) mudança de dividendo mínimo obrigatório e na política de juros sobre o capital próprio; (f) alteração das características dos valores mobiliários emitidos pela Companhia Alvo; (g) incorporação, fusão, cisão e transformação ou qualquer outra forma de reestruturação societária envolvendo a Companhia Alvo, exceto se decorrer de reestruturação societária que não cause um impacto material na Companhia Alvo; (h) dissolução, liquidação ou cessação do estado de liquidação da Companhia Alvo; (i) emissão de valores mobiliários, tais como debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e opções para compra de ações, acima do limite de capital autorizado Companhia Alvo; (j) contratação pela Companhia Alvo, de operações ou empresas do grupo econômico de qualquer acionista; e (xvii) deliberar sobre a realização de qualquer acordo ou operação, tendo por objeto a desconstituição, substituição ou liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionadas aos investimentos na Companhia Alvo.

O Regulamento poderá ser alterado pelo Administrador, independentemente da deliberação da Assembléia Geral de Quotistas ou de consulta aos Quotistas, exclusivamente se tal alteração decorrer da necessidade de atendimento a expressas exigências da CVM, de qualquer outro órgão regulador ou de auto-regulação, em consequência de normas legais ou regulamentares. Nesse caso, o Administrador deverá enviar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da alteração do Regulamento, a necessária comunicação aos Quotistas.

4.14. Remuneração do Administrador e Gestor e Encargos do Fundo

4.14.1 Taxa de Administração, Taxa de Gestão e Taxa de Performance

Pela prestação de serviços de administração e gestão do Fundo, o Administrador e o Gestor receberão uma remuneração ("Taxa de Administração") calculada à taxa de 1,20% (um virgula vinte centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, pago mensalmente ou remuneração mensal de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), dos dois o maior.

A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), como despesa do Fundo, e paga mensalmente, no 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente.

O Gestor do Fundo fará jus a uma remuneração a título de taxa de performance, no montante equivalente a 20% (vinte por cento) do rendimento do Fundo que exceder a variação do IGP-M, acrescido de 10% (dez por cento) ao ano ("Taxa de Performance"). A Taxa de Performance será calculada e deduzida diariamente do Patrimônio Líquido do Fundo e paga semestralmente pelo Fundo à Gestora até o 3º (terceiro) Dia Útil subsequente ao encerramento do semestre.

Ocorrendo a rescisão do Contrato de Gestão ou renúncia do Gestor, este fará jus à Taxa de Gestão e Taxa de Performance até a data da rescisão ou do decurso do prazo de 60 (sessenta) dias previsto no Regulamento (caso de renúncia pelo Gestor), ficando claro que tais encargos serão calculados até a data da destituição ou renúncia do Gestor, conforme o caso, e efetivamente paga pelo Fundo ao Gestor em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da rescisão ou do decurso do referido prazo de 60 (sessenta) dias, conforme o caso.

A primeira Taxa de Administração será paga no 5º (quinto) Dia Útil após a primeira integralização de Quotas, *pro rata temporis*, até o último Dia Útil do referido mês.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo ao Gestor e aos demais prestadores de serviços que tenham sido subcontratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda os parâmetros fixados no Regulamento.

4.14.2 Encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo: (i) a Taxa de Administração, a Taxa de Gestão e a Taxa de Performance; (ii) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Ativos Financeiros e de Valores Mobiliários integrantes da Carteira do Fundo; (iii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo; (iv) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas na Instrução CVM n.º 391/03 ou na regulamentação pertinente; (v) despesas com correspondência do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas; (vi) honorários e despesas do Auditor Independente encarregado da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo; (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso; (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador e/ou do Gestor no exercício de suas funções; (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos; (ix) quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Quotistas; (x) taxa de custódia de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo; e (xii) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços de *due diligence*, incluindo, sem limitação, técnica, ambiental, legal, fiscal e contábil, custas de viagens e custos de transações ligadas aos investimentos, dentro de um limite a ser definido previamente pela Assembléia Geral de Quotistas.

Quaisquer despesas não aqui previstas correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas.

Todas as despesas pré-operacionais incorridas pelos prestadores de serviços do Fundo deverão ser reembolsadas pelo Fundo mediante a apresentação dos comprovantes necessários e pagas em até 5 (cinco) dias após o início das atividades do Fundo. Para fins do disposto neste parágrafo, entende-se por despesas pré-operacionais todas as despesas inerentes à constituição e registro de funcionamento do Fundo, a serem autorizadas pelos Quotistas, nos termos do Boletim de Subscrição.

Em hipótese alguma poderá o Administrador ou o Gestor ser contratado para atuar como assessor ou consultor da Companhia Alvo, caso a referida contratação tenha real ou potencial conflito de interesse com o Fundo ou seus Quotistas.

4.15. Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de Valores Mobiliários das Companhias Investidas, não listadas em bolsa de valores, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e que o Fundo irá cumprir os limites de

diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

4.15.1. Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

IOF/Títulos

As operações com as Quotas podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um e meio por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Contudo, os Quotistas residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução n.º 2.689/00 estão sujeitos ao IOF/Câmbio à alíquota de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas tomará por base (i) a residência dos Quotistas (a) no Brasil, e (b) no exterior; e (ii) 3 (três) eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação, quais sejam (a) a cessão ou alienação de Quotas, (b) o resgate de Quotas, e (c) a amortização de Quotas.

Quotistas Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

A Lei 11.478/07 estabeleceu que os rendimentos distribuídos por Fundos de Investimento em Participações em Infra Estrutura para pessoas físicas a título de amortização ou resgate estará isento de imposto de renda, desde que tenham transcorridos 5 (cinco) anos da aquisição das quotas pelo referido investidor pessoa física.

Quotistas Residentes no Exterior

Aos Quotistas residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução n.º 2.689/00, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em Paraíso Fiscal.

Se não residentes em Paraíso Fiscal, os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

Se residentes em Paraíso Fiscal, os Quotistas não se beneficiam do tratamento descrito no parágrafo acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas residentes no Brasil.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, em regra, as transações realizadas no Brasil que resultassem na transferência de fundos de uma conta mantida por uma instituição financeira brasileira estavam sujeitas à incidência da CPMF, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Entretanto, a partir de 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. Caso o governo brasileiro decida reintroduzir a cobrança da CPMF, apenas operações ocorridas após aprovada legislação correlata e expirado o prazo legal para sua aplicação serão oneradas por essa contribuição.

4.15.2. Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um e meio por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira são isentos do Imposto de Renda.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, as operações realizadas por fundos de investimento, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da Carteira e o pagamento realizado no resgate das respectivas quotas, estavam sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

No entanto, desde 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. O governo brasileiro, a partir de fevereiro de 2008, pode propor o restabelecimento da CPMF, mediante a apresentação de uma nova Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Nacional. Caso a CPMF seja restabelecida, somente será aplicável após decorrido um período de 90 (noventa) dias contados da promulgação da nova legislação.

4.16. Solução de Conflitos

Os descentendimentos ou conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação do disposto no Regulamento serão solucionadas por recurso à arbitragem, que se realizará em português, aplicando-se as leis brasileiras, no Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil- Canadá ("CCBC") de acordo com o Regulamento de Arbitragem da CCBC ("Regulamento CCBC").

O litígio será decidido por um Tribunal Arbitral de 3 (três) árbitros, escolhidos de acordo com o Regulamento CCBC.

A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Brasil. A língua da arbitragem será o português, e a arbitragem obedecerá ao disposto na Lei 9.307 de 1996 (Lei Brasileira de Arbitragem).

As Partes elegem o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, exclusivamente para medidas cautelares ou coercitivas, provisionais ou permanentes, e para a execução da sentença arbitral.

O Tribunal Arbitral deverá proferir sua sentença no Brasil, dentro de 12 (doze) meses do início da arbitragem. Este prazo poderá ser prorrogado por até 6 (seis) meses pelo Tribunal Arbitral, desde que justificadamente.

Os honorários dos advogados e demais despesas e custos serão suportados por uma ou por ambas as Partes, como for decidido pelo Tribunal Arbitral.

As Partes deverão manter em sigilo todas e quaisquer informações relacionadas à arbitragem.

4.17. Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, a Oferta, o Regulamento e este Prospecto, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

Administrador:

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Wilson, 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, Centro, Rio de Janeiro, RJ

Telefone: (21) 3219-2998 Fax (21) 3974-4501

SAC: sac@bnymellon.com.br ou (21) 3219-2600, 0800 725 3219

Ouvidoria: ouvidoria@bnymellon.com.br ou 0800 7253219

Website: www.bnymellon.com.br/sf

Gestor:

Eco Energy Asset Management Ltda. S.S.,

Alameda Rio Branco, nº 238, Edifício Bauhaus, 7º andar, sala 76

Centro, Blumenau, SC

At.: Rafael Costa da Silva

Tel. E Fax: (47) 3035-4338

Correio Eletrônico: atendimento@ecoinvestimentos.com.br

Website: www.ecoinvestimentos.com.br

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

5. ANEXOS

ANEXO I – Instrumento de Constituição e Regulamento do Fundo

ANEXO II – Declaração do Administrador

ADMINISTRADOR E DISTRIBUIDOR

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Wilson, 231, 11º, 13º e 17º (parte), andares, Centro,
Rio de Janeiro, RJ

GESTOR

Eco Energy Asset Management Ltda. S.S.

Alameda Rio Branco, nº 238, Edifício Bauhaus, 7º andar, sala 76, Centro,
Blumenau, SP

CUSTODIANTE

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, Vila Yara, s/nº, CEP 06.029-900
Osasco, SP

CONSULTOR JURÍDICO

Felsberg, Pedretti, Mannrich e Aidar Advogados e Consultores Legais

Av. Paulista, 1.294, 2º andar
São Paulo, SP

AUDITORES

BDO Auditores Independentes

Rua 7 de Setembro, 71 - 15º andar, CEP 20.050-005,
Rio de Janeiro, RJ